

# Políticas de Povoamento-Colonização-Reprodução: a “brancura”, a “infância” e o “feminino” na gestão da Amazônia do futuro<sup>1</sup>

Population-Colonization-Reproduction Policies: “whiteness”, “childhood”, and feminine constructs in the governance of the future Amazon

Telma de Sousa Bemerguy

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo, SP, Brasil

## RESUMO

Nesse artigo, recupero aspectos do plano de colonização em larga escala da Amazônia implementado no contexto da Ditadura Civil-Militar, com o objetivo de demonstrar como as estradas da integração nacional — e os processos estatais-coloniais movimentados por elas nesse contexto — foram produzidas enquanto soluções para um problema de desenvolvimento atribuído a um problema demográfico que foi tratado (também) enquanto um problema racial a ser gerido a partir de uma política particular de reprodução e povoamento. A análise proposta é resultado de investigação de doutorado sobre os dispositivos que sustentam a durabilidade colonial-racial na Amazônia, onde busquei demonstrar como as estradas da integração nacional movimentam gramáticas raciais de longo-prazo constitutivas do processo de formação de Estado no Brasil. No marco dessa reflexão mais ampla, volto-me às gramáticas presentes em histórias de famílias, mulheres e crianças reunidas ao longo de meu trabalho de campo e em reportagens-propagandas sobre as políticas de integração nacional produzidas pela Revista Manchete para abordar o lugar atribuído à brancura, ao feminino e à infância em projeções sobre o futuro próspero que chegaria à Amazônia a partir das estradas. No artigo, argumento que as políticas estatais de colonização conduzidas na Amazônia devem ser pensadas como vetor e espelho da retórica constitutiva das disputas sobre futuros desejáveis para a nação, onde projeções de modernidade foram subsumidas à promoção do branqueamento a partir de ações diretas e indiretas de controle da reprodução e da natalidade.

<sup>1</sup> Esse artigo é fruto de pesquisa desenvolvida na tese *Estradas da conquista, caminhos da raça: a durabilidade da presença colonial na Amazônia brasileira* (Bemerguy, 2024), financiada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da IJURR Foundation e do Brazil Lab Princeton.

Recebido em 22 de junho de 2025.

Avaliador A: 24 de julho de 2025.

Avaliador B: 1 de setembro de 2025.

Aceito em 26 de janeiro de 2026.



**Palavras-chave:** Estradas, Políticas de colonização, Políticas de Reprodução, Racismo, Amazônia.

## ABSTRACT

In this article, I revisit aspects of the large-scale colonization plan implemented in the Amazon during the Brazilian Civil-Military Dictatorship. My aim is to demonstrate how the national integration roads — and the state-colonial processes they set in motion — were presented as solutions to a development problem. This development issue was framed as a demographic problem which was, in turn, treated (also) as a racial problem to be managed through a specific reproduction and settlement policy. The proposed analysis stems from my doctoral research on the mechanisms that underpin colonial-racial durability in the Amazon. In that work, I sought to show how the national integration roads activate long-term racial grammars constitutive of Brazil's state-formation process. Within this broader reflection, I focus on the grammars present in the stories of families, women, and children gathered during my fieldwork, as well as in propaganda reports on national integration policies produced by *Revista Manchete*. This allows me to address the role attributed to whiteness, the feminine, and childhood in projections about the prosperous future that these roads promised for the Amazon. I argue that the state colonization policies implemented should be conceptualized as both a vehicle and a reflection of the rhetoric underpinning national debates about desired futures, addressing how notions of modernity were instrumentalized to promote racial whitening through direct and indirect measures aimed at controlling reproduction and birth rates.

**Keywords:** Roads, Colonization Policies, Reproduction Policies, Racism, Amazon.

## INTRODUÇÃO

Oito de outubro de 1970. O então presidente Médici chega a Manaus, junto à comitiva presidencial, para cumprir uma longa agenda de eventos com o objetivo de divulgar “a primeira fase de sua política para a Amazônia”<sup>2</sup>. Poucos meses antes, Médici havia assinado um decreto-lei criando o chamado Programa de Integração Nacional (Brasil, 1970), onde determinou a “construção imediata” de duas grandes rodovias: a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. A primeira seria fruto de uma ampliação da já existente rodovia BR-163 até o Norte, com o objetivo de conectar o Centro-oeste à Amazônia; até então a BR-163 iniciava em Tenente

---

<sup>2</sup> Informações disponíveis em: MÉDICI deseja conhecer e colonizar a Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 out. 1970, nº159.

Portela no Rio Grande do Sul e terminava pouco depois de Cuiabá. A Transamazônica por sua vez, foi projetada para cortar a região transversalmente, conectando o Nordeste à Amazônia, desde a costa com o Atlântico, no estado da Paraíba, até a fronteira com o Peru e a Colômbia, no Estado do Amazonas.

A Transamazônica, a maior entre as duas estradas previstas no PIN, foi propagandeada como uma obra monumental representativa da força do Homem em sua luta contra a Natureza, uma estrada símbolo de imponência que, como um enunciado materializado de futuro, buscava fazer ressoar a imagem de um “Brasil grande”, de um “Brasil potência”, que seria fortemente difundida nas propagandas que tratavam de construir uma imagem positiva do regime através da retórica do “milagre econômico”, lançando névoas às inúmeras denúncias de abusos que já começavam a ganhar força (Fico, 1997; Menezes, 2007). Todas as metáforas projetadas em torno da Transamazônica seriam espelhadas no projeto homônimo, porém menos grandioso, de abertura da rodovia Cuiabá-Santarém.

Durante solenidade realizada no Teatro Amazonas, o então presidente proferiu um discurso que ficaria conhecido por criar uma frase síntese, que seria repetida e difundida inúmeras vezes para exaltar as ações idealizadas pelos militares para a Amazônia. Ali ele afirmou que as estradas da integração nacional eram parte de um esforço necessário para superar dois problemas: “o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia”. Para resolver esses problemas, era necessário então promover, nas palavras de Médici, o “povoamento” da Amazônia. Assim, no decreto do PIN, foi determinado também que dez quilômetros de faixas de terra nas margens esquerda e direita, em ambas as rodovias, deveriam ser reservados para a realização de políticas de colonização e reforma agrária, de modo a “executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica” (Brasil, 1970). Após a criação do PIN, seguiu-se uma vasta campanha publicitária para atrair investidores e migrantes para a região (Fico, 1991; Menezes, 2007) e logo o recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciou o processo de seleção de famílias para implementar um plano de “colonização em larga escala da Amazônia”.

Os chamados projetos de “colonização dirigida” conduzidos pelo INCRA demandavam um processo burocrático extenso (Almeida, 1992). Os interessados deveriam se inscrever e entregar um formulário com informações detalhadas sobre suas vidas, as quais seriam analisadas pelos agentes para verificar se o pleiteante cumpria os requisitos necessários para adquirir um lote de terra de 100 hectares na região e acessar os benefícios oferecidos pelo governo para incentivar a ocupação da área às margens das rodovias. A política era voltada preferencialmente a famílias, de modo que um dos critérios levados em conta era a solidez dos laços familiares e o tamanho do grupo interessado em se deslocar. Aos selecionados, eram anunciados incentivos e prometido acesso a subsídios, os quais mencionavam transporte até o local, uma casa no lote construída pelo INCRA, direito a crédito no recém-criado Banco da Amazônia, sementes e um

valor mensal fixo para cobrir gastos com alimentação pelo período de um ano<sup>3</sup>.

Nesse artigo, recupero aspectos do plano de colonização em larga escala da Amazônia implementado no contexto da Ditadura Civil-Militar, com o objetivo de demonstrar como as estradas — e os processos estatais-coloniais movimentados por elas nesse contexto — foram produzidas enquanto soluções para um problema de desenvolvimento atribuído a um problema demográfico que foi tratado (também) enquanto um problema racial a ser gerido a partir de uma política particular de reprodução e povoamento. A análise proposta compõe parte dos argumentos defendidos em minha tese de doutorado sobre os dispositivos que sustentam a durabilidade colonial-racial na Amazônia, onde busquei demonstrar como as estradas da integração nacional movimentam gramáticas raciais de longo-prazo constitutivas do processo de formação de Estado no Brasil. O artigo é resultado de uma investigação dividida em duas etapas, construída a partir de trabalho de campo realizado ao longo das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, entre as cidades de Santarém, Marabá, Rurópolis, Novo Progresso, no Pará, e Sinop, no Mato Grosso, nos anos de 2018 e 2019; e de levantamentos em diferentes bases de arquivo, conduzidos entre os anos 2020 e 2023.

No marco dessa reflexão mais ampla, nesse artigo, abordarei o lugar atribuído à brancura<sup>4</sup>, ao feminino e à infância em projeções sobre o futuro próspero que chegaria à Amazônia a partir das estradas. Para tanto, volto-me às gramáticas presentes em histórias de famílias, mulheres e crianças reunidas ao longo de meu trabalho de campo e em reportagens-propagandas sobre as políticas de integração nacional produzidas pela Revista Manchete, utilizando-as como ponto de acesso para narrar tradições de conhecimento de longo-prazo (Souza Lima, 2002) envolvidas na gestão do corpo desejado da nação.

## O ARQUIVO EM MOVIMENTO (PELA ESTRADA, PELO TEMPO)

Vinte de junho de 2019. Era uma quinta-feira e eu havia saído cedo de Santarém rumo a Rurópolis, a cidade do entroncamento, primeira das localidades que eu visitaria no percurso que eu havia desenhado para a realização da pesquisa. Durante a viagem, uma mulher em

---

3 A síntese das “promessas” feitas pelo INCRA e pelo governo para atrair migrantes para a região e do processo de avaliação para a aquisição de lotes no contexto de implementação do PIN e do PIC foi construída com base em entrevistas realizadas com moradores “pioneiros” das cidades de Rurópolis e Novo Progresso e de informações disponíveis nas diversas notícias e reportagens sobre os projetos citadas no decorrer do artigo.

4 Em meu trabalho, dialogo com o campo de análises sobre as branquitudes em uma reflexão sobre “as estruturas sociais que produzem e reproduzem a supremacia branca e o privilégio branco, resultado da expansão colonial” (Schucman; Conceição, 2023, p. 52). A análise proposta se concentra na lógica e na linguagem das hierarquias raciais, de modo que a discussão sobre a brancura em sua dimensão fenotípica não será aprofundada.

particular me chamou atenção. Ela era muito alta, branquíssima, olhos claros e possuía um cabelo louro, liso, curto na altura do ombro e muito claro. Seus traços e aparência ganhavam ainda mais destaque quando observados em contraste com os outros passageiros do ônibus, homens e mulheres com tons de pele variados, que em nada se aproximavam da brancura daquela senhora. Ela parecia ter uns 60 e poucos anos e viajava acompanhada de uma criança, uma garotinha de uns dez anos de idade. Ambas estavam muito bem-vestidas. À primeira vista, imaginei que pudesse se tratar de uma estrangeira, uma turista, provavelmente, que viajava a passeio pela região. Seria um roteiro improvável, decerto, decidir viajar por aquelas bandas que não possuíam um apelo turístico claro — ainda mais sozinha com uma criança — mas naquele ponto nada me parecia impossível.

Ao final, ela não era uma turista. Seu nome era Ivone Frohlich. Ela viajava com a neta, era do Rio Grande do Sul e vivia há 46 anos no Pará, grande parte deles em Rurópolis, seu destino naquele dia. Logo, a conversa sobre a história de sua viagem virou uma conversa sobre uma história muito mais profunda. “A” história de Dona Ivone e sua família. A história que ela contava como “a sua história”, em uma mistura de memórias sobre a estrada, a cidade de Rurópolis e a batalha que haviam enfrentado nos “primeiros tempos”

Muito simpática, Dona Ivone então desandou a falar. Ela e o marido vieram para região em 1973 no tempo da abertura do trecho Santarém-Itaituba, chamado na época de ramal norte, o primeiro pedaço da Santarém-Cuiabá. A decisão de partir foi motivada por uma reportagem vista pelo namorado, que se tornaria seu marido, na antiga Revista Manchete, onde havia a notícia de que o trecho Altamira-Santarém da Transamazônica estava para ser inaugurado. “O Brasil é o futuro do mundo e a Amazônia é o futuro do Brasil” — afirmou, citando um trecho da matéria jornalística que mudaria sua vida. A reportagem, mostrava o presidente Médici inaugurando o trecho e, segundo contou, divulgava tudo que o INCRA estava fazendo pelas pessoas. Explicava que davam terra, que dava uma ajuda de custo no começo, que os bancos financiavam e que então era só trabalhar. Encantado pelas promessas de terra e prosperidade, seu namorado na época propôs a ela que eles fossem para a Amazônia. Dona Ivone contou que eles precisaram se casar antes de vir. Segundo ela, o casamento era uma exigência

Seguimos conversando e ela me contou brevemente sobre como foram os primeiros tempos na região. Em um dado momento, ela tirou o celular da bolsa e pediu um minuto para procurar uma coisa que queria me mostrar. “Aqui, olha! Minha filha foi uma das primeiras crianças a nascer em Rurópolis”, me disse. “Nessa reportagem que saiu na Manchete, ‘Rurópolis: a primeira cidade da Transamazônica’, tem uma foto da minha filha bebê”.

Para minha surpresa, no celular, ela tinha a reportagem digitalizada e me entregou o aparelho para que eu pudesse ver. Na tela, estava a página da reportagem em que ela aparecia em destaque com sua filha no colo. Uma imagem ampliada, de página inteira<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Em função da centralidade do recurso da montagem na construção da análise proposta, esclareço que não serão



## A MANCHETE EM QUESTÃO

No contexto da Ditadura Civil-Militar, alguns veículos de imprensa se tornaram um braço de promoção do regime, atuando como meios não-oficiais de divulgação “elogiosa” e “otimista” das ações conduzidas pelo governo. Na época, a relação estabelecida entre agentes

---

utilizadas legendas nas imagens, de modo a produzir uma narrativa mais fluída. Todos os trechos entre aspas são citações diretas do texto publicado pela Revista Manchete. A reportagem completa está disponível no acervo digital da hemeroteca da biblioteca nacional (Rurópolis, 1974). As fotos e trecho citados podem ser acessados em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&Pesq=%22rurópolis%20presidente%20médici%22&pagfis=144562>. Acesso em: 12 jan. 2026.

do regime e os meios de comunicação era realizada em duas frentes: “na ordem do incentivo e na ordem do controle” (Menezes, 2007, p. 37). A primeira frente se deu a partir do aparato de censura criado na época<sup>6</sup>; a segunda, pela gestão dos recursos estatais reservados à propaganda. Nesse contexto, em que decisões editoriais poderiam afetar significativamente os recursos recebidos por um periódico, se tornou prática comum no campo midiático uma evitação em abordar temas que poderiam ser mal-recebidos pelo governo. Nessa mesma esteira, inúmeros meios de comunicação também passaram a publicar notícias para agradar “ao preço de mais financiamento” (Menezes, 2007, p. 39). A Revista Manchete era um desses veículos.

O lugar de destaque que a Revista alcançou no período da Ditadura se deu em função das relações de longa data estabelecidas pelos gestores da revista com a elite econômica e política do país (Menezes, 2007). Na época, a Manchete possuía índices altos de circulação e desempenhou um papel significativo na criação da narrativa do “milagre econômico” utilizada para contrapor críticas dirigidas ao regime, fazendo circular “imagens de canteiros de obras, de radicais intervenções na paisagem natural, de construção de usinas, estradas e barragens” (Fico, 1997, p. 84). Os bastidores das publicações na Revista eram marcados por negociações e interesses delimitados por relações estreitas com membros do governo (Menezes 2007). Todos estes elementos permitem caracterizar a Manchete como um importante agente político do regime militar (Menezes, 2007; Fico, 1997).

Nessa direção, esclareço que as reportagens especiais da Revista Manchete, centrais aos argumentos que apresentarei nesse artigo, não serão tratadas apenas como matérias jornalísticas, mas como registros que conformam as dobras que “fazem o Estado” (Souza Lima, 2012). De tal modo, concedo às reportagens o estatuto de documento de arquivo, tratando-as como artefatos que criam (ou revelam) relações e saberes em circulação/transformação na prática da administração pública (Lowenkron; Ferreira, 2014), em uma busca por enquadrar “tradições de conhecimento” - “padrões costumeiros” incorporados e reproduzidos no governo de populações racializadas no Brasil ao longo do tempo (Souza Lima, 2002). Nesse marco, abordo essas tradições como dispositivos que sustentam a durabilidade da diferença colonial e considero que estas são constituídas por categorias, saberes e modos de transmissão de saberes que possuem profundidade histórica e uma genealogia que, no caso brasileiro, pode ser remontado tanto a processos históricos relacionados às particularidades da colonização (Souza Lima, 2002), como a conexões espaço-temporais mais difusas, relacionadas aos efeitos duráveis do racismo e dos códigos que o sustentam (Stoler, 2016). Com essas questões em mente, na seção que segue, volto-me às imagens e registros propagados pela Revista Manchete. No espírito criativo da montagem (Benjamin, 2009) que inspira a construção da etnografia histórica que apresento, esclareço, de antemão, que, na narrativa que segue, a posição e o tamanho das imagens e do

---

<sup>6</sup> Análises mais detalhadas sobre a estrutura de repressão montada durante os governos militares para o controle da circulação de informação podem ser consultadas em D’Araújo et al. (1994), Brasil (2014), Bemerguy (2024).

texto foram pensados, de modo a fazer ressoar na descrição as ênfases e destaques oferecidos a certos personagens e argumentos nas reportagens selecionadas.

## **A “PRIMEIRA GERAÇÃO”: SOBRE AS CRIANÇAS DO PROGRESSO**



No volume publicado no dia três de junho de 1972, a Revista Manchete exibiu em destaque na capa da edição a reportagem especial, “EM CORES”, intitulada *A Mulher na Transamazônica*<sup>7</sup>. Assinada por Ateneia Feijó e com inúmeras fotografias produzidas por Carlos Weick, a matéria de 17 páginas oferece um exemplo de um formato narrativo particular para a transmissão de notícias, onde o repórter assumia de modo mais claro uma posição de autoria, apresentando-se como testemunha ocular do que foi visto e vivido em regiões longínquas da nação (Vidal e Souza, 2010). Matilde, a “moça grávida”, “a mais linda e jovem gestante” da agrovila visitada nas proximidades de Altamira, foi escolhida para abrir a reportagem especial, com uma foto em página inteira. O texto de abertura posicionado logo ao lado de sua imagem anuncia os temas e o tom da descrição apresentada pela repórter.

A saia de Matilde já subiu muito na parte da frente. Seu ventre está empinando mais uma vez. A primeira foi em Florândia no Rio Grande do norte, terra castigada pela seca. Agora é o filho gerado na selva, a setuágesima [*sic.*] criança a nascer no solo fértil da Transamazônica. Como Matilde existem mais de trezentas mulheres grávidas, esperando a sorte, esperando a vida, esperando tudo na grande estrada. A última imagem que tínhamos da região datava de novembro de 1971. Era a trilha dos mateiros – seguida por nós, a batalha dos machados, dos facões, das foices, derrubando árvores. Eram os homens solitários chorando saudade, forçando passagem num vaivém de tratores e caminhões. O quadro agora é outro. São as mulheres que chegam e se estabelecem, cheias de corpo, cheias de força, povoando a terra e criando um mundo. É a invasão do amor na Transamazônica (Feijó, 1972).

No topo da página seguinte, em destaque, como legenda para um conjunto de fotografias de diferentes tamanhos, de uma festa de casamento realizada durante a estadia dos jornalistas, estava escrito em maiúsculo:

## **“NA LONGA ESTRADA O NAMORO É CURTO E OS HOMENS QUEREM CASAR”**

Ainda em anúncio das histórias que serão apresentadas em detalhes ao longo da matéria, a repórter aborda novamente o tema do casamento, destacando o modo particular como os relacionamentos amorosos têm se dado no contexto da implementação das políticas de colonização.

O sistema de concessão de lotes, adotado pelo INCRA na Transamazônica, está provocando na região um impressionante caldeamento de raças. Chegam famílias dos Estados mais distantes do país: gaúchas esbeltas e louras – descendentes de alemães

<sup>7</sup> Em função da centralidade do recurso da montagem na construção dessa seção, esclareço que não serão utilizadas legendas nas imagens, de modo a produzir uma narrativa mais fluída. Todos os trechos entre aspas são citações diretas do texto publicado pela Revista (Feijó, 1972). A reportagem completa narrada a partir deste ponto pode ser acessada em: <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/124990>. Acesso em: 6 out. 2023.

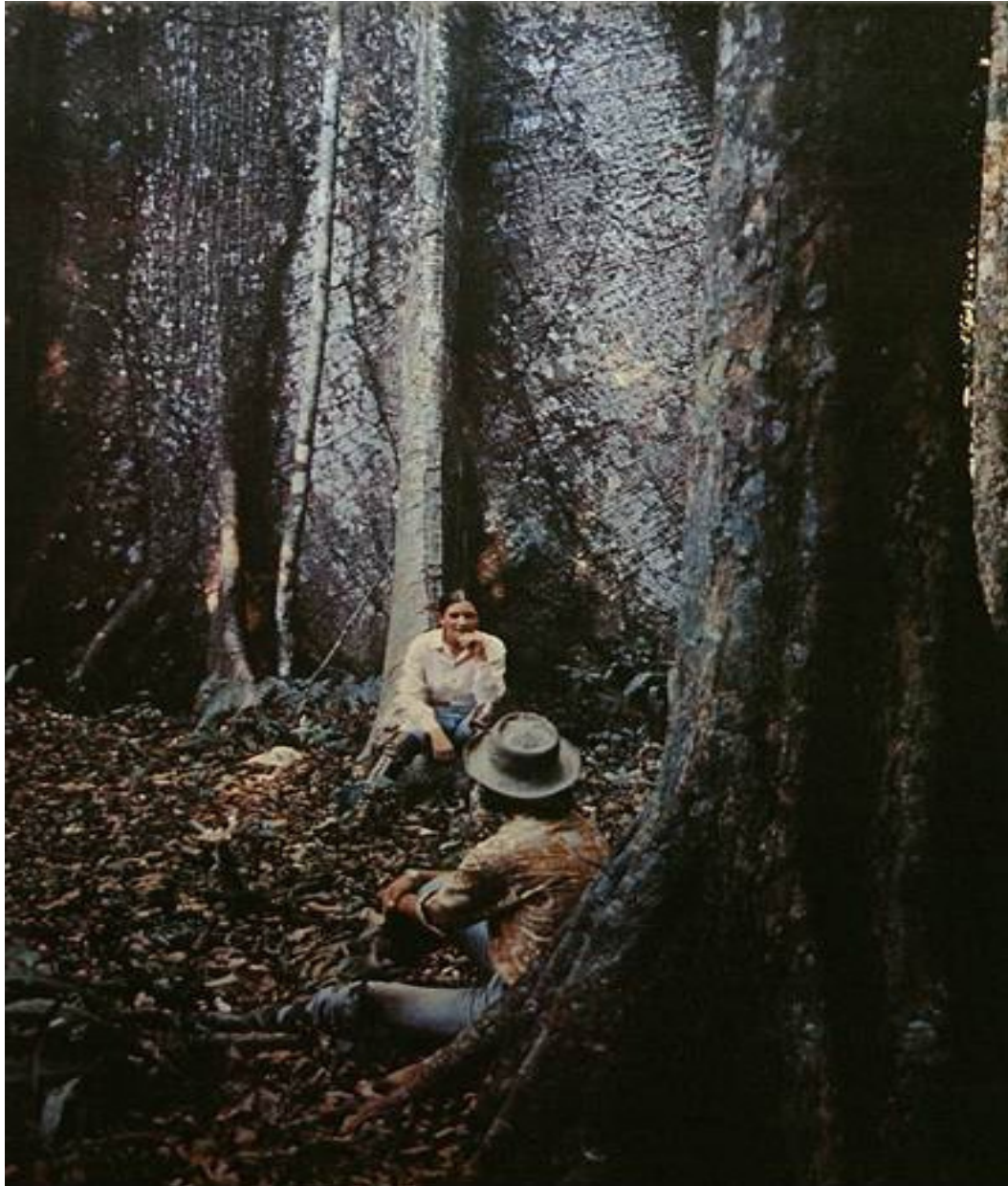
ou de italianos – mineiros, paulistas ou nordestinos esperançosos que vêm procurar na Amazônia a fartura que a seca lhes negava em sua terra de origem. As condições bastante características da colonização acabam impondo um tipo de relacionamento entre jovens que quase sempre termina em casamento. E a geração que começa a surgir na Transamazônica marcará a queda de barreiras étnicas e culturais (Feijó, 1972).



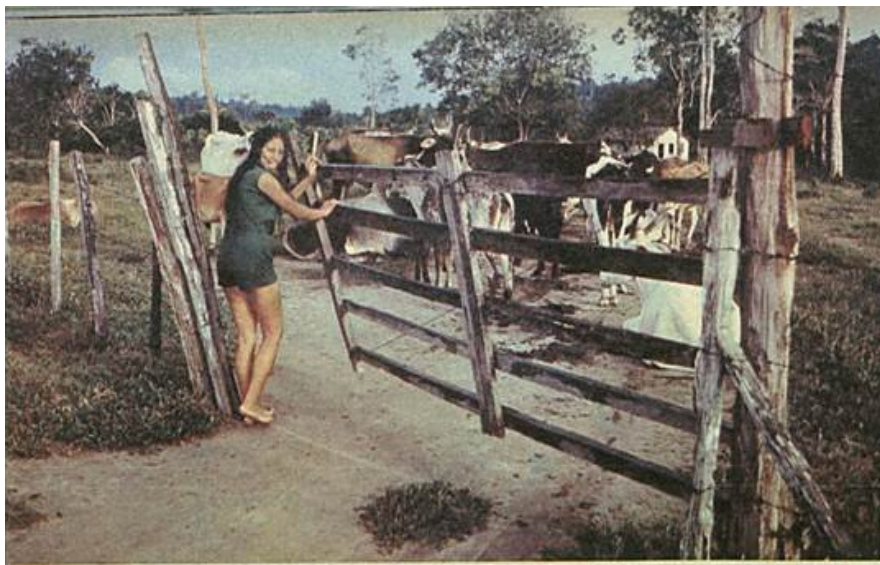
Como exemplo desses encontros fortuitos, Feijó narra a história de Paulo e Edite, uma “gaúcha filha de italianos” e um “mineiro da gema” que, na Transamazônica, descobriram “que eram feitos um para o outro”.

Há várias fotos em destaque dos dois.

Segundo Feijó, eles eram agora o “casal mais atraente de toda a região”.



A reportagem então começa a adentrar no tema central anunciado em seu título: as mulheres.

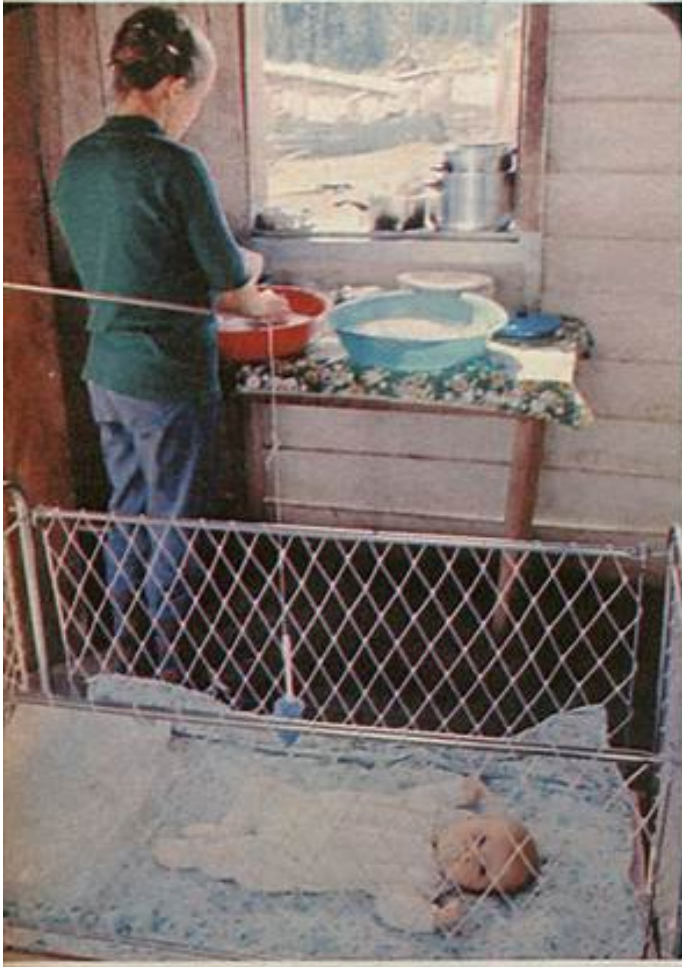


**FEMININA NA  
HORA DO BANHO,  
A MULHER  
TAMBÉM SABE  
CONTRIBUIR COM  
SEUS BRAÇOS  
QUANDO CHEGA  
A HORA  
DO TRABALHO**



“O isolamento da mata devolveu às moças da agrovila a inocência natural dos costumes primitivos. Elas não precisam de roupa para tomar banho no rio Joa, onde a natureza só lhes aumenta a graça e a beleza” – destaca Feijó

A repórter então começa a trazer ao leitor mais detalhes sobre a história de cada uma das “mulheres da transamazônica” registradas. A primeira a ser apresentada é Eni, outra mulher do sul do Brasil.



Eni Terezinha possui 19 anos e veio de Tenente Portela no interior do Rio Grande do Sul. Engravidou logo após se mudarem para a agrovila e foi “uma das primeiras mulheres a dar à luz na Transamazônica”. A filha, Karin Cristian, nasceu de parto normal, e “agora, aos dois meses de idade, era uma menina linda e saudável – loura como a mãe”. Eni não estranhou o clima mal afamado da região. No Sul, ela não era de roça, mas ali já estava “se sentindo a própria fazendeira, bem do tipo daquelas que se vê nos filmes de cowboy”. Ela era “cuidadosa em tudo”. Sua casa era “limpa, bem cuidada e por isso parece maior e mais arejada”. Era uma das poucas ali que tomava a pílula. Ela vinha se adaptando bem a tudo. A única coisa que estranhava

“Uma das experiências mais fascinantes que estão sendo realizadas nas agrovilas da Transamazônica é o intercâmbio entre os hábitos e costumes de gente que provém de zonas culturais totalmente diferentes. As mulheres que chegam do Sul, por exemplo, têm em geral hábitos de higiene e educação sanitária muito mais desenvolvido do que as que chegam do Nordeste. Uma simples visita à casa dos colonos mostra claramente a diferença de cultura. As gaúchas, em particular, têm uma capacidade de improvisação para o cuidado com o lar bastante superior à das outras. A casa é sempre bem asseada, há mosquiteiros contra os **carapanãs**, as crianças são mais bem alimentadas e, em geral, elas costumam tirar o melhor partido possível das condições de clima e solo. Até no domínio do planejamento familiar se nota esta diferença. Enquanto as mulheres mais subdesenvolvidas não mostram a menor preocupação de controlar as gestações, aquelas que vêm de meios já mais adiantados adotam o uso da pílula anticoncepcional com a maior naturalidade do mundo e fixam com antecedência o número de filhos que querem ter” – narra a repórter

era “o costume que têm algumas de suas companheiras nordestinas de cuspirem no chão”.  
- Assim não há quem consiga manter uma casa limpa!



A história e o relato de Eni, acompanhada da foto com sua bebê, fica lado a lado a um registro aéreo de página inteira da rodovia Transamazônica. Adiante, Feijó destaca que Eni

não foi a “única gaúcha que resolveu desafiar a Amazônia. Outras conterrâneas suas também o fizeram”, como Anilda, “grávida de cinco meses, com 24 anos de idade”. Segundo Feijó, a “moça topa qualquer parada para ajudar o marido, Clévio Mallmann, filho de alemães”. Ela conheceu Anilda e transcreve um trecho da conversa que tiveram.

Meu esposo é agricultor mas já fez de tudo. Lá no Sul ninguém tem condições de receber uma terra desse tamanho, lote com 100 hectares! Além disso, existe aperto de emprego por lá. Era absurdo perder essa oportunidade. Nosso lote é o 36, na gleba 25. Quantos filhos quero ter? Quantos Deus mandar. Aqui nenhum vai morrer de fome. Pelo menos uns dez piazinhos eu vou criar

Em seguida, em um relato que exaltava a fertilidade da terra e o sucesso dos projetos, Feijó conta que “aos poucos homens e mulheres vão se mudando para o interior dos lotes, ocupando a terra que tão orgulhosamente desbravam”:



“A maioria dos colonos confessa com orgulho o enternecimento e a admiração que sentem diante da coragem das companheiras que os seguiram na grande aventura. Essas mulheres admiráveis enfrentam com destemor os desconfortos e os perigos da selva, garantindo aos maridos, além da segurança emocional indispensável, uma colaboração integral cuja importância é praticamente impossível de se avaliar. Quando se escrever mais tarde a história dessa colonização heróica, as mulheres da Transamazônica merecerão um capítulo”.

Nesse momento, ela narra a história de Teresa, “mãe de nove filhos, uma negra robusta de 38 anos” que “chegou trazendo com ela toda força de sua raça, a roupa do corpo e uns **trenzinhos** de bagagem, mais nada”. Ela havia vindo “ficar junto de seu marido, mineiro como

ela própria, o colono Juscelino Dias. Os negros na Amazônia são poucos, quase exceção. Tereza trouxe assim um colorido novo à região”. Esse é o único registro da mineira.



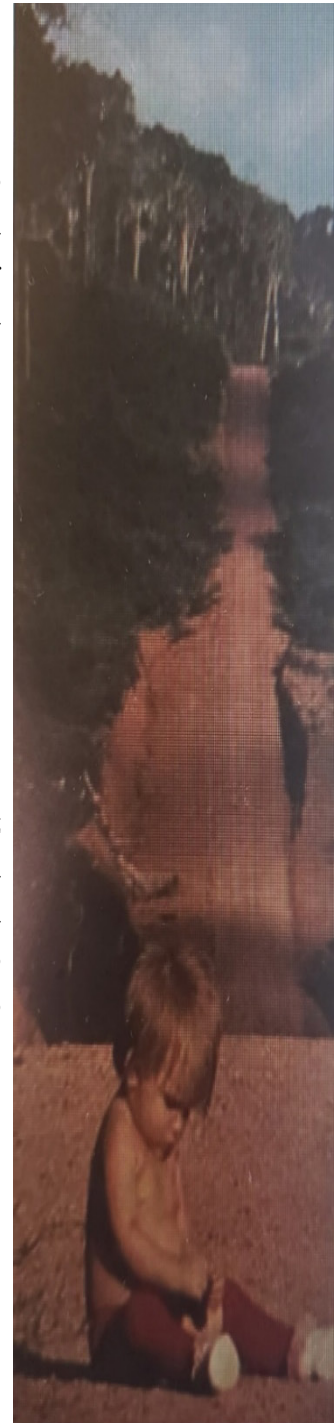
Narrando suas andanças com o fotógrafo Carlos Weick, Feijó conta que, na volta da visita realizada ao lote mais afastado da família de Teresa, os dois tiveram que “interromper à caminhada e esperar que uma cobra grande e escura acabasse de cortar o travessão para sumir de vez no mato”.

“De cobra em cobra, dali em diante, encontraríamos muitas outras Teresas, com o mesmo espírito desbravador, com a mesma vontade de conquistar a terra. Com a mesma força nos braços prontos para o trabalho ou para o amor. Elas chegam de todos os cantos do Brasil, embora as nordestinas sejam a maioria. São 711 famílias nordestinas e 165 sulistas. Há ainda as que vieram do centro-oeste, sem esquecer as mineiras, que são 92. O resto são nortistas mesmo”.

Nesse ponto, a repórter volta sua atenção para “os meninos da Transamazônica” que, “alegres e livres”, “desconhecem talvez que estão participando do maior empreendimento do século.” E a imagem de um bebê é posicionada em destaque, estendida em página inteira, junto às observações de Feijó sobre a elevação da população na região da estrada, onde as crianças eram maioria absoluta, trazendo uma “alegria contagiante” às comunidades instaladas pelo INCRA

Para fechar a reportagem, ela afirma:

“A batalha continua na Transamazônica. A fase da solidão masculina, da frieza das máquinas, do esforço para abrir caminho, está começando a passar. Mas a guerra não terminou. Agora a luta é outra: fixar a vida humana normal, criar condições para o amor e garantir as novas vidas que nascem ali. É a vez das mulheres, de todas as Matildes e Teresas – grávidas ou não –, levarem para aquela aventura a parte de ternura e for-



taleza feminina que faltavam. E a Transamazônica se encherá de crianças empinando pipas, chutando bolas, soletrando nas salas de aula, ou correndo alegres pela imensa estrada humanizada”.

Cerca de um mês antes, no volume publicado em 3 de junho de 1972, a Manchete havia apresentado uma reportagem sobre tema similar<sup>8</sup>. Se no primeiro registro o foco estava nas mulheres e em sua fertilidade, nessa edição é apresentada uma matéria mais curta, voltada nominalmente à “primeira geração da Transamazônica”, mais uma vez celebrando o aumento da população de crianças nas agrovilas. A reportagem é assinada por Avelino do Vale e as fotos, mais uma vez, são de autoria de Carlos Weick.



As imagens de abertura são a única parte da reportagem impressa em cores. Produzida

<sup>8</sup> Uma vez mais reitero que, em função da centralidade do recurso da montagem na construção dessa seção, optei por não utilizar legendas nas imagens, de modo a produzir uma narrativa mais fluída. Todos os trechos entre aspas são citações diretas do texto publicado pela Revista (Vale, 1972). A reportagem completa narrada a partir deste ponto pode ser acessada em: <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/123950>. Acesso em: 6 out. 2023.

no contexto do Dia das Mães, a matéria traz alguns detalhes sobre a rotina das crianças nas agrovilas, enaltecendo os serviços oferecidos pelo governo para disponibilizar escolas e cuidados médicos à “nova geração da transamazônica” e às grávidas das comunidades.

Essas crianças são os primeiros frutos da civilização que está sendo criada na Amazônia. E como acontece como as primeiras plantas que brotam do solo onde antes só havia selva, seu crescimento exige cuidados especiais. Para isso, são mobilizados os pais e o governo. Das atenções com esse crescimento dependerá o sucesso da futura colheita, a integração do mundo amazônico (Vale, 1972).

Na matéria, o repórter descreve rapidamente um pouco do cotidiano das crianças na agrovila e escreve:

À tarde, o pouso de qualquer helicóptero provoca alvoroço na criançada. Correm a ver o aparelho e os visitantes. Na parte da manhã, não há a mesma festa, estão todos na escola. Sentados nos bancos da escola estão todos os tipos raciais brasileiros: há negrinhos, meninos louros filhos de colonos do extremo sul, caboclos e mulatos. A mulher de um colono observou aos vê-los reunidos, brincando alegremente: “Parecem salada de frutas” (Vale, 1972).

## TRADIÇÕES DO CONHECIMENTO NA GESTÃO DO CORPO DESEJADO DA NAÇÃO

Figura 1. A redenção de Cam (1895), óleo sobre tela, de Modesto Brocos



**Fonte:** Enciclopédia Itaú Cultural (2026).

Em 1895, Modesto Brocos, artista espanhol radicado no Brasil, criou uma tela que se tornaria um marco nas iconografias capturadas para expressar a identidade nacional brasileira<sup>9</sup>. No quadro, vemos uma senhora idosa negra retinta, com as mãos em direção ao céu, dando graças, enquanto observa uma mulher negra de tez mais clara, logo à sua frente, sentada em um banco com uma criança branquíssima no colo. Mais ao fundo, observando a cena de soslaio, com um sorriso no campo da boca, vemos um homem branco. Assim, vemos se desenhar a cena, onde a avó negra louva aos céus pela filha mestiça que, no curso do tempo, redimiu o filho de sua cor. Ao lado, o homem branco observa a criança — seu filho, pelo que somos levados a interpretar — em uma postura de satisfação, mas também distanciamento. Com o corpo apenas parcialmente virado em direção à cena, ele é representado no marco de uma presença ambígua, como se estivesse ali apenas como um observador. Ele não está inteiramente ligado àquela criança.

O quadro se tornou uma das mais emblemáticas representações das teorias eugênicas que ganharam força nos debates sobre os rumos da nação na virada do século XIX para o século XX, em um contexto marcado pelas transformações derivadas da Proclamação da Independência de Portugal e da abolição da escravidão. Na época, o Brasil vinha sendo retratado no exterior como um país destinado ao fracasso em função de supostas deficiências incorrigíveis atribuídas aos efeitos causados pelo intenso processo de mestiçagem entre brancos, índios e negros. A resposta a esse “problema” foi dada a partir da formulação da “teoria do branqueamento” (Seyferth, 2020). A partir dessa perspectiva, o problema da raça no Brasil poderia ser gerido a partir de ações que permitiram ampliar o volume do elemento branco na composição do povo, o qual, conforme essa perspectiva, por ser superior e “mais apto”, gradualmente se tornaria o elemento preponderante da mescla pelo processo natural de “seleção sexual”, que resultaria no desaparecimento de índios e negros, populações consideradas “inferiores”, por que “mais atrasadas” e “menos civilizadas” (Seyferth, 2020).

Por isso, na primeira metade do século XX, a história do Brasil foi marcada pela implementação de subsídios e incentivos para a vinda de estrangeiros ao país e pela criação de diversos projetos de colonização que tiveram como base processos de seleção de “tipos preferenciais” de imigrantes brancos, para viabilizar o “branqueamento” da população (Seyferth, 2020). Algumas décadas depois, quando o INCRA idealizou e implementou os procedimentos para a “colonização dirigida” da Amazônia, ele o fez a partir do longo arcabouço

---

<sup>9</sup> Mais informações sobre a tela e o autor podem ser acessadas em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Para uma análise em profundidade sobre o lugar da obra no debate sobre teorias raciais eugênicas no Brasil, ver Seyferth (2020).

de saberes, técnicas, instrumentos e métodos incorporados na gestão da “imigração dirigida”<sup>10</sup> e na promoção do povoamento e colonização a partir do “ordenamento das migrações” (Tavares; Considera; Castro e Silva, 1972).

A história do processo de formação de Estado no Brasil é marcada por políticas estatais voltadas à gestão induzida do corpo branco/branqueado desejado para a nação (Seyferth, 2020; Conceição, 2020). Nesse processo, os encontros sexuais, a reprodução, a natalidade, os nascimentos e os registros de crianças foram continuamente produzidos como temas de interesse nacional (Vianna, 1997; Moutinho, 2004; Corossacz, 2009). “O povo brasileiro”, como símbolo e como referência a corpos de carne e osso, foi forjado a partir de processos estatais de “formação-reprodução” marcados pela influência de perspectivas eugênicas na definição de políticas voltadas ao controle do corpo e da sexualidade das “mulheres” (Corossacz, 2009; Fernandes, 2021). Com essas questões em mente, volto-me aos registros sobre as políticas de colonização dirigida para demonstrar como intervenções estatais voltadas à indução do povoamento necessariamente movimentam dispositivos biopolíticos de gestão da natalidade que, em última instância, reforçam e entrelaçam perspectivas racializadas sobre o “feminino”, a “boa mulher”, a “reprodução” e as crianças “ideais” para povoar a nação.

## ENTRE A ESTRADA E O BERÇO

Na história narrada sobre as mulheres da Transamazônica, o feminino é contextualmente produzido pela exaltação do potencial de reprodução do corpo sexuado em um processo de feminilização da terra, aonde a fertilidade atribuída ao território extravasa para o corpo das mulheres e vice-versa. Aqui, o território-raça sexualiza, pois faz exacerbar traços do feminino historicamente produzidos como inerentes: o ser fértil e o ser mãe. Nessa articulação, a Amazônia, enquanto território perigoso pode invadir o corpo e fazer brotar o “primitivo” em uma involução que resulta na desinibição “devolvida” a mulheres brancas que passam a exibir “inocentes” a sua nudez. O despudor da nudez ecoa como um traço de degeneração racial associado à influência do espaço no comportamento, mas a força da premissa da brancura enquanto signo de superioridade culmina na descrição de uma nudez fruto da inocência. O

---

10 Em 1972, o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) publicou um relatório de pesquisa intitulado “Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica”. O início da pesquisa se deu em agosto de 1970, apenas um mês após a criação do INCRA. No estudo, é apresentado uma linha do tempo sobre os intentos para “ordenar as migrações” na história do Brasil. Nesse balanço, os autores abordam os incentivos oferecidos para a vinda de estrangeiros ao Brasil e percorrem dados sobre colônias alemães, holandesas, espanholas, japonesas até chegarem aos projetos dos centros agrícolas criados para absorver “trabalhadores nacionais”. Desde a perspectiva defendida pelos autores, esse levantamento ofereceria caminhos para mapear estratégias efetivas para o sucesso da colonização dirigida na Amazônia. Para uma descrição mais detalhada sobre as tradições do conhecimento absorvidas pelo INCRA na gestão do PIN, ver Bemerguy (2024).

marcador racial parece reter a exacerbação da sexualização historicamente atribuída ao calor da selva. A nudez das jovens moças brancas não é condenada, nem mencionada como elemento em acusações morais. Elas seguem sendo “mulher pra casar” (Gonzalez, 1984).

No relato, a terra feminilizada primeiro foi rasgada por tratores, retroescavadeiras e homens e a chegada das mulheres demarca o fim de um longo período de “solidão masculina”. Por isso os homens desejam se casar o mais rápido possível. A reportagem exalta o papel das mulheres, que agora se faziam presentes, trazendo amor e calor, para pôr um fim à fase da “frieza das máquinas”. A mulher é parte da história como esposa e sobretudo como esposa grávida. Elas estão ali para “criar um mundo e povoar a terra”. O feminino genérico é produzido de modo ambivalente, associado à capacidade biológica de gestar “novas gerações” e à força para abrir mata no braço, “ajudando” os maridos. A feminilidade, como sinônimo de beleza, graça e cuidado com o lar, é narrada em associação à cor da pele. A mulher negra, mãe de nove filhos, não é narrada por sua potência em povoar o mundo, mas como robusta e forte.

A “vida humana normal” só poderá ser “fixada” pelo êxito em domesticar pela força um território capaz de degenerar e pelo estabelecimento de um espaço doméstico. O “novo mundo” criado deve ser feito de casas limpas e organizadas e surgirá de sementes lançadas ao corpo solo – que ora brotarão como crianças, ora como produtos que garantirão a prosperidade e a felicidade de famílias que se sustentam pelo trabalho e pela “adequada exploração da terra”. A “nova geração”, como vimos, foi exaltada. Sua existência era tratada como a materialização do sucesso em “humanizar a selva”, em ocupar o “vazio amazônico”, em promover o “caldeamento de raças”. Uma “terra sem homens” se povoa com mais crianças. O número alto de grávidas e bebês era exaltado e apresentado como elemento fundamental para a consolidação de um projeto estatal que, ao mesmo tempo, gestava uma estrada e um berço (Lagrega, 1971). Assim, uma estrada projetada com o intuito de “ocupar um vazio” deu corpo a uma política estatal implícita de gestão da reprodução, em que a história da rodovia feita para levar “homens sem-terra” para as “terras sem homens” da Amazônia se torna uma história sobre mulheres demandadas a, e celebradas por engravidar para povoar uma parte da nação. O nascimento de cada criança devia ser celebrado. Mas havia, como vimos, crianças mais desejadas que outras.

Volto-me agora a foto de Dona Ivone. Cláudia era apenas “uma das primeiras crianças a nascer em Rurópolis”, mas ela e a mãe, uma “loura altíssima, rosto lindo, sotaque alemão”, foram escolhidas para ocupar um lugar de destaque em uma reportagem que buscava registrar o que se passava naqueles tempos na “primeira cidade da Transamazônica” (Rurópolis, 1974). A imagem destacada para representar “os meninos da Transamazônica” que, estavam “participando do maior empreendimento do século” é a foto posada de uma criança branca e loura, sentada no chão vermelho da rodovia, com a imagem da estrada rasgando a mata ao fundo.

As “moças da agrovila”, graciosas e belas, que se banham desnudas, recuperando a “inocência natural dos costumes primitivos” são mulheres brancas. No texto, a menção às descendências europeias dos sujeitos entrevistados é recorrente. As mulheres “com

descendência” são elogiadas pelo fenótipo. A bebê é caracterizada como linda, pois “loura como a mãe”. Tereza, a mulher negra que trouxe “um colorido novo” para a região é descrita como “robusta” e elogiada pela “força da sua raça”, ao lado de uma foto minúscula, em um barraco de chão batido. As mulheres sulistas são elogiadas pela limpeza e pelos bons hábitos; as nordestinas são descritas pelo sentimento de asco de Eni, que lhes atribui uma suposta prática de cuspir no chão. As nortistas são “o resto”.

Quando olhamos com atenção os registros escolhidos para exaltar a “primeira geração da Transamazônica”, vemos fotos posadas de crianças de diferentes tonalidades de pele, posicionadas lado a lado. As imagens dessas crianças, descritas como “a garantia da integração amazônica”, produzem, ao mesmo tempo, um elogio à mistura de povos promovidas pela estrada e uma afirmação de que o futuro da civilização na Amazônia estava atrelado à mestiçagem e à gestão das misturas desejáveis. Em nenhum momento da narrativa sobre o “encontro de povos”, as populações indígenas são mencionadas diretamente.

Nos registros sobre a “primeira geração”, logo abaixo das crianças-futuro, vemos um casal carregando um bebê. A imagem é característica do regime de ênfases e destaques concedidas a certos personagens a partir das fotografias que compõem as reportagens. Uma vez mais, os sujeitos escolhidos para exaltar o programa de colonização implementado pelo governo eram sujeitos brancos. Ao utilizar a imagem da “salada de frutas” para as crianças da “primeira geração”, a repórter afirma que, nos bancos da escola, interagem “todos os tipos raciais brasileiros”: “negrinhos, meninos louros filhos dos colonos do extremo sul, caboclos e mulatos”. Parte das crianças é descrita pela referência ao termo único que as encapsula como exemplos de um “tipo”. A menção à presença de “caboclos” e “mulatos” traz como enunciado de fundo a afirmação de que a miscigenação está em andamento. O “tipo branco” não é mencionado pela referência nomeada à brancura da pele das crianças. Ele se faz presente pela referência aos “meninos louros filhos dos colonos do extremo sul”. Essa descrição adjetivada do personagem que somos levados a entender como “o branco” presente na “salada de frutas” contém elementos significativos das economias de tipificação que delimitam e reforçam a branquitude enquanto sistema de poder e a brancura enquanto signo de superioridade (Wynter, 2003; Conceição, 2020; Kilomba, 2020).

No plano da linguagem, os processos de racialização, enquanto elaborações situacionais da alteridade constituídas por uma “cadeia de associações” entre representações tecidas sobre sujeitos determinados, são pautados por uma lógica nem sempre nomeada de modo explícito (Kilomba, 2020; Stoler, 2016). O racismo se sustenta pela crença na existência de “tipos” de sujeitos detentores de características inerentes e utiliza a brancura para balizar as escalas de tipificação. Essa escala é marcada e reforçada pela captura do sentido do Humano, fruto de processos duráveis de “colonização do ser”, que seguem produzindo sinonímia entre o Branco e o Homem. Nesse quadro, o Branco é o Eu, o Homem genérico e o Eu genérico é o Homem. O Outro do Eu é Outro, pois não Branco (Wynter, 2003; Kilomba, 2020). Assim, a brancura do

corpo branco não precisa ser nomeada, ela é anunciada pela reiterada menção ao branco apenas como Sujeito.

Na reportagem, os “meninos louros filhos dos colonos do extremo sul” representam o Eu, o Homem, o menino. Os outros não são descritos como meninos, nem precisam ser adjetivados, eles não são Humanos como o Branco, nem Homens como ele. Eles são um tipo racial em si mesmo: “negrinhos, caboclos e mulatos”. Eles são uma palavra no diminutivo; termos que falam por si. O Branco, que é “O menino”, é louro. Ele é “filho de colonos do extremo sul”. A brancura da criança é demarcada de outros modos. É explicitada pela menção à cor clara de seu cabelo e pela associação a um território. O “extremo sul”, uma terra que aqui é reiteradamente racializada como branca, pela repetida associação entre a região e a história da imigração europeia para o Brasil. Na decupagem das associações em cadeia, a frase escolhida pelo repórter para adjetivar o “tipo branco” da “salada de frutas” nos fala de uma escolha por atribuir protagonismo à presença de personagens brancos “branquíssimos” na narrativa que se buscava propagar sobre a colonização do “vazio amazônico”. Ao final, todas as imagens e descrições que ecoam elogios à mistura vêm sempre acompanhadas de registros que exaltam a brancura, que chega a partir dos encontros criados pelas estradas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de integração nacional conduzidas na Amazônia no período da Ditadura Civil-Militar foram publicamente propagadas como intervenções que representariam soluções para dois problemas: a pobreza no Nordeste, atribuída ao “flagelo da seca”, e a ausência de homens no “vazio amazônico”. Nesse quadro, a Transamazônica foi apresentada como uma intervenção colossal que possibilitaria concretizar uma política de integração planejada, que teria como objetivo principal promover e conduzir o deslocamento de populações entre as duas regiões do país. Nesse artigo, busquei indagar o que reverbera no destaque oferecido a corpos brancos, descritos a partir de sua descendência europeia, em reportagens-propaganda sobre os resultados de uma política tecnicamente idealizada para outros sujeitos. Como caminhos na espiral do tempo, as cenas apresentadas aqui têm a função de evidenciar camadas soterradas nas representações produzidas em torno das famílias, mulheres e crianças apresentadas como garantia do futuro da civilização na Amazônia; um corte no espaço-tempo que nos permite ouvir com mais clareza os ecos deixados por certas ênfases, termos e expressões.

No Brasil, a colonização, abordada em diferentes contextos históricos como tema/método de interesse público, culminou em intervenções variadas para ocupar e povoar determinados territórios com sujeitos de determinados “tipos”, previamente selecionados para a promoção de uma política de “fixação” à terra. O processo de formação de Estado no Brasil é, portanto, marcado por histórias de delimitação de “tipos preferenciais” de cidadãos (Seyferth, 2020). Esse longo debate sobre “preferenciais” e

“indesejáveis” nos fala sobre o lugar das teorias raciais na base das “tradições de conhecimento” (Souza Lima, 2002) que se acumulam em torno dos “mecanismos de condução de populações” (Ramos, 2014) e do modo como o tema do povoamento emerge associado a tecnologias de governo que reverberam a durabilidade colonial-racial (Bemerguy, 2024)

Ao percorrer elementos do campo de debates sobre o processo de constituição da identidade nacional brasileira, é importante manter em mente que a ideia de um povo mestiço, nascido do “caldeamento das raças”, do encontro amistoso entre brancos, negros e índios, foi historicamente forjada por processos paralelos de exaltação da branquidade nas autorrepresentações celebradas da nação e por intervenções para o branqueamento da população (Conceição, 2020; Seyferth, 2020). Aqui, voltei-me às projeções de futuro disseminadas no contexto da Ditadura Civil-Militar sobre as políticas estatais de colonização dirigida implementadas às margens das estradas da integração nacional, para percorrer como este quadro emerge na Amazônia.

Entre imagens de crianças e famílias celebradas, busquei refletir sobre as capturas da branquidade, do feminino e do desejável nas projeções sobre o futuro da Amazônia, prementes em narrativas em torno das “novas gerações” e do “encontro de povos” possibilitados pelas estradas e pelo PIN. Na esteira da obra de Seyferth (2020), considero que refletir sobre o povoamento induzido de territórios na Amazônia consiste, antes de tudo, em uma reflexão sobre as intervenções estatais e as tradições do conhecimento mobilizadas ao longo do tempo para promover o “melhoramento racial” da população. De tal modo, entendo que as políticas estatais de colonização conduzidas na Amazônia podem ser pensadas como vetor e espelho da retórica constitutiva das disputas sobre futuros desejáveis para a nação, onde projeções de modernidade foram subsumidas à promoção do branqueamento a partir de ações diretas e indiretas de controle da reprodução.

## REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Adriana de. **Colonização dirigida na Amazônia**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.
2. BEMERGUY, Telma de Sousa. **Estradas da conquista e caminhos da raça: a durabilidade da presença colonial na Amazônia brasileira**. 2024. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
3. BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
4. BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório (vol.1). Brasília, CNV, 2014.
5. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos.

- Decreto-lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970.** Cria o Programa de Integração Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1970.
6. CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **Branquitude: dilema racial brasileiro.** Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.
  7. COROSSACZ, Valeria Ribeiro. **O corpo da nação.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
  8. D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
  9. ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. **A redenção de Cam.** Verbetes da Enciclopédia. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/83833-a-redencao-de-cam>. Acesso em: 29 de janeiro de 2026.
  10. FEIJÓ, Atenéia. A mulher na Transamazônica. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1056, ano 20, 15 jul. 1972. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=124990>. Acesso em: 17 jan. 2026.
  11. FERNANDES, Camila. **Figuras da causação: as novinhas, as mães nervosas e as mães que abandonam os filhos.** Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.
  12. FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
  13. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
  14. KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Editora Cobogó, 2020.
  15. LAGREGA, Joaquim José Freire. Transamazônica: a estrada e o berço. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, n. 15, 14 abr. 1971. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=180003>. Acesso em: 17 nov. 2023.
  16. LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Anthropological perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant, Virtual Brazilian Anthropology**, Florianópolis, v. 11, p. 76-112, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-43412014000200003>. Acesso em: 17 jan. 2026.
  17. MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
  18. MOUTINHO, Laura. **Razão, cor e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais inter-raciais no Brasil e na África do Sul.** São Paulo: UNESP, 2004.
  19. RAMOS, Jair de Souza. **O poder de domar do fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional.** Niterói: EdUFF, 2006.

20. RURÓPOLIS: a primeira cidade da Transamazônica. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1.1165, ano 21, 17 ago. 1974. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&Pesq=%22rur%C3%B3polis%20presidente%20m%C3%A9dici%22&pagfis=144556>. Acesso em: 17 nov. 2023.
21. SCHUCMAN, Lia; CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. Verbete: Branquitude *In*: RIOS, Flávia; SANTOS, Marcos André dos; RATTI, Alex (ed.). **Dicionário contemporâneo de relações étnicorraciais**. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 2023. p. 68-77.
22. SEYFERTH, Giralda. **O beneplácito da desigualdade**: breve digressão sobre o racismo e outros textos sobre questões étnicorraciais. Organização de Antonio Carlos de Souza Lima, Miriam de Oliveira Santos e Raquel Santana. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2020.
23. SOUZA LIMA, Antonio Carlos. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 559-564, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2012.59295>. Acesso em: 17 jan. 2026.
24. SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Tradições de conhecimento na gestão colonial da desigualdade: reflexões a partir da administração indigenista no Brasil. *In*: BASTOS, Cristina. ALMEIDA, Miguel Vale (org.). **Trânsitos coloniais**: diálogos críticos luso-brasileiros. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
25. STOLER, Ann. **Duress**: Imperial durabilities in our times. Durham: Duke University Press, 2016.
26. TAVARES, Vânia Porto; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; CASTRO E SILVA, Maria Thereza. **Colonização dirigida no Brasil**: suas possibilidades na região amazônica. Rio de Janeiro: IPEA, 1972.
27. VALE, Avelino do. A primeira geração da Transamazônica. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1050, ano 21, 3 jun. 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/123950>, acesso em 6 de outubro de 2023.
28. VIANNA, Adriana. **O mal que se adivinha**: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
29. WYNTER, Sylvia. Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: Towards the human, after man, its overrepresentation—An argument. **CR: The new centennial review**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 257-337, 2003.

*Telma de Sousa Bemerguy*

Pesquisadora de pós-doutorado do Núcleo de Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4864-0010>. E-mail: [tsbemerguy@gmail.com](mailto:tsbemerguy@gmail.com)